

Quem pagou não admite anistia

"Sou pequeno empresário há 33 anos. Também em contra dívidas junto aos bancos durante o Plano Cruzado. Como administro minha firma com austeridade e realidade, hoje, não tenho mais nenhuma dívida. Quem não tem competência, não se estabelece. Esta anistia proposta é a maior mamata que já houve neste país. É uma vergonha pela qual o povo brasileiro não pode e não deve pagar".

Telegramas como esse vêm chegando às dezenas ao gabinete do líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, desde que começaram as negociações em torno da fusão das emendas que dão anistia aos micros e pequenos empresários. Não bastasse, muitos dos constituintes, que estão prontos a votar em alguma medida favorecendo o grupo de devedores, também procuram a liderança pedindo, às vezes, pelo amor de Deus, que não se deixe de fazer acordo porque ninguém quer arrombar os cofres do Tesouro. Mas, por outro lado, a pressão das bases vem sendo enorme.

Foram fatos como este que levaram a liderança do Governo a encomendar um texto de fusão mais restritivo, em debate desde quinta-feira passada, e que separa do perdão os médios produtores rurais, por exemplo, cancelando a correção monetária dos micros e as pequenas empresas e dos miniprodutores rurais. O texto, por sinal, só será colocado na mesa das negociações hoje, quando as lideranças voltarem a se reunir.

Mas, se existem telegramas veementes contra um perdão indiscriminado, há também os que querem abrir o leque a ponto de atender até as pequenas indústrias com faturamento bruto anual de até 150 mil OTNs e as empresas comerciais até 75 mil OTNs — ou seja, Cz\$ 100 milhões ou Cz\$ 205 milhões anuais. E não querem ficar na dependência dos bancos, preferindo uma medida definitiva sob a alegação de que "a maioria dos atingidos não tem recursos para pagar custas de advogados".

Essa proposta consta de documento remetido aos

autores das emendas de anistia pelo presidente da Confederação Nacional das Micros e Pequenas Empresas, Pedro Cascaes Filho, no qual ele avisa que "é isto que o setor pleiteia. Menos não adianta". Depois, crítica as soluções tentadas pela área econômica do Governo e cobra "compreensão e vontade política da Assembléia Nacional Constituinte para aprovar a fusão", apresentada pelo senador Mansueto de Lavor.

Ontem, entrando rapidamente no gabinete do líder Carlos Sant'Anna, o deputado Gilson Machado comentou que "a montanha vai parir um rato", ao anunciar que quando o vice-líder do PT, José Genoíno, soube que se abrissem muito o perdão poderiam quebrar, por exemplo, a Caixa Econômica Federal, comentou na reunião de negociação "então, o Mailson tem razão e eu estou com ele, em defesa dos trabalhadores". E nas posições das esquerdas que o Governo confia para evitar que o perdão se alastre e beneficie gente que desviou o dinheiro.

cem aos grandes banqueiros. Puro engano. Estes possuem geralmente cerca de 20 a 30 por cento do capital total, estando os restantes 70 por cento em mãos da sociedade.

Os bancos privados têm mais de 3 milhões de acionistas, e dentre eles se incluem as fundações e os fundos de pensão. Estas duas últimas entidades pertencem aos funcionários das empresas, aos assalariados e portanto. Cabe a pergunta: É justa esta transferência de prejuízo? No bojo desta injustiça proposta, não podemos esquecer daqueles que pagaram, por vezes fazendo enormes sacrifícios, com venda de parte de seu patrimônio, para pagar seus compromissos.

Estes se sentirão lesados. E sem dúvida eles constituem a maioria dos micros e pequenos empresários e produtores rurais. Mais uma vez se estará premiando aqueles que não honraram seus compromissos, em detrimento dos que cumpriram corretamente suas obrigações.

Roberto Konder Borhauen é presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, vice-presidente do Conselho de Administração do Unibanco e membro do Conselho Monetário Nacional

Ainda o perdão das dívidas

Roberto Konder Borhauen

Muito se tem debatido nestes dias sobre as propostas dos constituintes Humberto Souto, Mansueto de Lavor e Ziza Valadares, que concedem, sob diferentes formas, anistia a débitos contraídos junto ao sistema financeiro.

É sempre útil o debate, ainda mais se considerarmos que o assunto não foi votado até hoje. Não é demais lembrar que não há benefícios sem custo e portanto se uns forem perdoados outros vão pagar. Como se trata de perdão a ser concedido pelo poder público, se aprovado, é lógico que é o poder público que deve pagar a conta.

E como o Estado não cria recursos, ele vai usar os tributos arrecadados da população para pagar as benesses de alguns. Ora, é uma imensa injustiça fazer com que a população, carente de recursos básicos de saúde, educação, segurança, etc, seja onerada por este perdão. Sem dúvida os empresários, por menores que sejam, se situam, sob ponto de vista econômico e patrimonial, na camada mais rica da sociedade. Eles estarão sendo beneficiados e o povo em geral, inclusive aqueles mais pobres, estarão pagando.

É válido perguntar: e se eles tivessem tido lucro, estariam dividindo com a população?

Vamos, somente para efeito de raciocínio, ver quem seria atingido. No caso em pauta, como 85 por cento dos débitos em questão, estão concentrados nos bancos públicos, federais e estaduais, e o seu maior acionista é o Estado, seria a sociedade como um todo novamente a onerar. Além disto, na maioria, estes bancos são sociedades abertas e também os inúmeros pequenos acionistas perderiam, que é o que ocorreria no setor privado.

Algumas pessoas imaginam que os bancos privados pertencem

JULIO ALCANTARA



Mais uma sessão da Constituinte sem quorum para votação: às 14h35, quando foi aberta, o plenário estava quase vazio

Câmara faz sessão só com quatro deputados

Segunda-feira, 27 de junho de 88. É a 55ª sessão da Câmara dos Deputados, no ano. Mas, como é segunda-feira, nada mais normal do que a falta absoluta de quorum. Só quatro deputados compareceram ao plenário. Cada um fez um pequeno discurso e, apenas 25 minutos após o seu início, os trabalhos estavam definitivamente encerrados. Também não houve quorum na sessão da Constituinte, à tarde.

"Olha, tem um presidindo, um falando, um escrevendo e outro lendo". Essa foi a reação de um dos segurancas da Câmara dos Deputados, ontem pela manhã, quando perguntado por um jornalista, se a sessão estava acontecendo, ainda.

Pontualmente às 9h, o deputado gaúcho Adylson Motta (PDS), recordista absoluto de comparecimentos às sessões da Câmara, Congresso e Constituinte, abriu a sessão. Imediatamente após a leitura da ata anterior ele passou a palavra a outro gaúcho, Ivo Mainardi (PMDB), que discursou reclamando da intenção governamental em privatizar o Banco Meridional.

O primeiro discurso foi curto. Até por isso, quando foi chamado o segundo orador inscrito — mais um gaúcho, Erico Pegoraro (PFL) — o presidente foi obrigado a passar adiante, já que o deputado não havia chegado ao plenário. Foi a vez, então, do carioca Paulo Ramos (PMDB), apesar impropérios contra o governador Moreira Franco e sua administração.

Providencialmente, durante o discurso de Ramos, chegou o deputado Erico Pegoraro. Ele foi convidado a subir à tribuna em seguida e também discursou sobre o seu estado, o Rio Grande do Sul.

Adylson Motta passou a presidência dos trabalhos ao deputado mais velho, presente, Ivo Mainardi, e foi à tribuna falar sobre as diversas convocações de

ministros que fez e que não foram atendidas.

Falaram os quatro presentes e não restou ao presidente Mainardi senão prosseguir a sessão. Convocou Comunicações de Lideranças: não havia nenhum líder inscrito. Chamou quem desejasse apresentar proposições à mesa: nem os assíduos presentes, dessa vez, haviam preparado qualquer coisa. Finalmente, convocou o Grande Expediente. Por ser uma segunda-feira, não havia matéria a ser votada e, conseqüentemente, Ordem do Dia. Mesmo que houvesse, não tinha quorum para votar.

Ivo Mainardi anunciou que, não havendo mais o que tratar, "está encerrada a sessão!" Eram 9h25 e os microfones foram desligados. Um melancólico silêncio para o final de mais uma plenária de segunda-feira.

CONSTITUINTE

Como já virou rotina nas sessões de segunda e sexta-feira, a de ontem à tarde também não reuniu o mínimo de 280 constituintes necessários para a votação. Às 16h20, quando terminou a verificação de quorum, apenas 184 estavam lá para registrar seus códigos no painel, e o presidente Ulysses Guimarães foi obrigado a encerrar a sessão.

Ata da 55ª Sessão da CD em 27-6-88	
Regime Expediente	
1. Ivo Mainardi	202
2. Paulo Ramos	220
3. Erico Pegoraro	222
4. Adylson Motta	250
Comunicações de Lideranças	
Ata da Sessão	
Proposições	
Ata da Sessão	
Grande Expediente	
Ata da Sessão	

UMA ATA DE 5 LINHAS

Nesta pequena folha de papel foi possível anotar todos os dados necessários para que o secretário redija a ata da sessão de ontem da Câmara dos Deputados. Só falta a anotação de quem abriu a sessão e transmitiu o cargo — após o segundo orador, conforme está anotado — para Ivo Mainardi.

ESTRELA DO DIA

Tutu abre baterias contra o próprio pai

A deputada Dirce Tutu Quadros (PSDB-SP) conseguiu ontem a proeza de movimentar o plenário na nona sessão sem quorum de segunda-feira à tarde. Ela arrancou palmas dos poucos presentes e foi muito cumprimentada ao comentar seu conflituoso relacionamento com o pai Jânio Quadros. É a primeira vez que Tutu faz isso durante uma sessão da Constituinte.



Tutu Quadros

A deputada começou o seu discurso comentando as vaia que recebeu durante a primeira convenção do novo partido. "Infelizmente", disse Tutu, "não tive a oportunidade de defrontar-me com tais vaia, mas elas — partidas de pouco mais de uma dezena de militantes paulistas — tiveram outro endereço, e por um desses inexplicáveis caprichos do destino foram parar em mim".

Segundo a interpretação de Tutu, as vaia foram dirigidas a seu pai, o prefeito de São Paulo, com quem ela garante não ter qualquer afinidade política. "Pode-se escolher uma ideologia, nunca o próprio pai. Lamento dizer isso, mas não tenho nada a ver com o senhor Jânio Quadros no plano político. Sou sua filha, jamais sua correligionária. Não lhe perdoo o apoio a um governo corrupto, aos cinco ou seis anos de mandato para o atual Presidente da República, sua ligação política com figuras menores do País, o modo descortês como trata a imprensa, os adversários e os que lhe desagradam de uma forma ou de outra".

disparou a deputada, sendo a esta altura interrompida pelas palmas do plenário.

Tutu aproveitou para criticar uma declaração dada pelo governador do Paraná, Alvaro Dias, referindo-se a ela e ao ex-governador de Santa Catarina, Espiridiano Amin, como bionicos. "O mandato que ocupo, com coragem e determinação, foi conseguido nas urnas. Bionico é o Presidente da República apoiado pelo senhor Alvaro Dias".

A deputada terminou o desabafo pedindo a transcrição, nos anais da Constituinte, do telegrama que enviou a Alvaro Dias. Nele, Tutu classifica de "infeliz, leviana e mentirosa" a declaração, lamenta que o governador do Paraná "se dê a trabalhos tão vergonhosos como o de caluniar parlamentares" e conclui dizendo que, se ela não foi nem jamais será bionica, o mesmo não pode dizer dos cabelos de Alvaro Dias.

Congresso pode ser convocado

As lideranças partidárias no Congresso poderão decidir hoje a convocação extraordinária da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, durante o mês de julho. A idéia, segundo o líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (RS), é apoiada pelo presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães (SP), e pelo líder do governo, deputado

Carlos Sant'Anna (BA). Ibsen Pinheiro irá propor aos demais líderes que a convocação seja feita a partir de 15 de julho — no início do mês a Constituinte estará em recesso branco, com a abertura dos prazos para o relator dar a redação final e para os constituintes apresentarem emendas ao texto aprovado no primeiro turno.